

A impiedade das críticas ou a consciência da auto-regulação? O processo Casa Pia e o julgamento metajornalístico

Madalena Oliveira¹

«Transformados em heróis por uns,
excomungados por outros,
os media evitam, por via da investigação
jornalística, que os responsáveis pelos
aparelhos político e judiciário adormeçam
e fechem os olhos, por ignorância ou
cumplicidade, a condutas que, noutras
eras, ficariam para sempre na impunidade
das zonas sombra da sociedade.»

Mário Mesquita²

Jornalistas: heróis frágeis da modernidade

Na sua justa e verdadeira atitude, o jornalismo aspira acima de tudo à procura do verdadeiro e do justo. É sua vocação primeira informar, revelar a genuinidade da vida. Mas a informação não existe jamais em si. Ela resulta, segundo Dominique Wolton, de uma construção de homens que tentam compreender o mundo para o dizer a outros homens. A informação funda-se, pois, no pressuposto de um poder, aparentemente exclusivo dos jornalistas: o poder de olhar o mundo e dizer dele o que se espera que todos devam saber. Este poder, que uns designaram por quarto (vigilante dos três poderes fundacionais do Estado democrático-liberal) e que outros³ entenderam sobrepor-se veemente às autoridades executiva, legislativa e judicial, é para Dominique Wolton a prova de que os jornalistas são os grandes vencedores do último meio século.

Na introdução ao número 35 da Revista *Hêrmes*, dedicado ao “Poder do Jornalismo”, Wolton aponta quatro motivos para a vitória dos jornalistas: primeiro, o facto de a liberdade de imprensa se ter tornado o horizonte da comunidade internacional. Por outro lado, a certeza de que a mundialização da informação é uma das mudanças mais espectaculares dos últimos trinta anos. Em terceiro lugar, a constatação de que as indústrias da

informação e da comunicação estão em plena expansão no plano mundial. Finalmente, a afirmação dos jornalistas no meio cultural e político, pela sua omnipresença em todos os domínios da vida pública.

Por tudo isto, e certamente também pelo papel que dizem ter assumido de vigilância do funcionamento da democracia, os jornalistas são, para o investigador francês, os heróis dos tempos modernos. Porém, como bem reconhece Wolton, são heróis frágeis: heróis pela visibilidade que conquistaram; frágeis pela legitimidade que mantêm em permanente crise.

A encruzilhada de poderes e o equívoco dos jornalistas

Designado classicamente por “quarto poder”, o poder dos jornalistas é, no entanto, para Mário Mesquita, uma fonte de equívocos. Segundo o autor, a designação carece de rigor analítico e só pode ser entendida em sentido hiperbólico. Na verdade, acrescentada à trilogia dos poderes republicanos de Montesquieu, a denominação “quarto poder” está desactualizada e compromete «a legitimidade da presença do jornalista no espaço público» (Mesquita, 2003: 72). Nesta abordagem, estariam seguramente em causa, como afirma o autor, as questões de representatividade e de mandato dos jornalistas. Ou, por outras palavras, seria iminente a existência de um quinto poder, responsável pela eleição expressa dos jornalistas para o governo da informação. Consentidos tacitamente pelo direito dos cidadãos à informação e à expressão livre, os jornalistas detêm, contudo, um poder «condicionado e controlado por todos os outros, ou seja, pelos centros de decisão política, económica, tecnológica e militar» (Mesquita, 2003: 74).

Apelidado por outros de “contra-poder”, o jornalismo é também entendido como o “cão de guarda” das instituições democráti-

cas. A representação do jornalismo como “poder do contra” é, provavelmente, a revelação da sua faceta mais heróica. Para Mário Mesquita, ela «corresponde às mitologias glorificantes da acção dos jornais e dos jornalistas» (Mesquita, 2003: 74). Não menos hiperbólica do que a designação anterior, também esta é, para o autor, dúbia, na medida em que constrangimentos há que limitam a concepção do jornalismo como um poder, seja ele o quarto, o primeiro, ou o do contra.

Na história dos *media*, são inúmeras as teorias que fundamentam o poder da comunicação social. Percorrendo as teorias inventariadas por Mauro Wolf¹, identificamos várias concepções que reconhecem aos *media* (e neles ao jornalismo em particular) um poder incontornável. A teoria hipodérmica é disso bom exemplo, na medida em que encerra a relação entre os jornalistas e o público na simplicidade do modelo Estímulo-Resposta. Defendendo uma relação directa entre a exposição às mensagens e o comportamento, os autores ligados a esta corrente autenticavam assim aos *media* o poder de controlar, manipular e impelir à acção o conjunto dos cidadãos. Das abordagens sobre a manipulação, a persuasão e a influência, a pesquisa sobre os *mass media* depressa se alargou ao espectro das funções exercidas pelos sistemas de comunicação de massas.

A análise dos efeitos dos *media* não ficaria, porém, por aqui. Concepções posteriores vieram, na verdade, sustentar novamente a força do jornalismo e dos jornalistas. A hipótese do *agenda-setting* ocupa ainda hoje lugar de destaque na discussão acerca do papel dos jornalistas. Segundo a formulação clássica desta hipótese, a compreensão que as pessoas têm de grande parte da realidade social é-lhes cedida por empréstimo pelos *media*. O que seria o mesmo que dizer que aos *media* cabe o papel de dizer às pessoas sobre o que devem pensar. Por outro lado, a concepção do jornalismo como “gatekeeper” (conceito elaborado por Kurt Lewin), confere aos *media* um papel de “seleccionador”, de “porteiro” que define quem ou o que pode ou não passar pelos meios de comunicação social. Implícitos nesta concepção estão o conjunto de valores sociais e de critérios profissionais e

organizativos que determinam a selecção da realidade empreendida pelos editores da informação. Inevitavelmente associada a esta teoria, a pesquisa sobre o “newsmaking” sublinhou o papel de seleccionador do jornalista. A actualidade, entendida como uma produção determinada pelos valores-notícia, reveste assim os jornalistas do poder de fragmentar a informação e determinar a noticiabilidade dos acontecimentos.

Reconsiderar o poder do jornalismo e dos jornalistas pressupõe, hoje, reequacionar o papel que desempenham na sociedade contemporânea. Para Nelson Traquina, o jornalismo define-se «como um serviço público que fornece aos cidadãos a informação de que precisam para votar e participar em democracia, e age como guardião de defesa dos cidadãos contra eventuais abusos de poder» (Traquina, 2002: 15) Dispensada definitivamente a ideia ingénu de jornalismo como “espelho da realidade” e ultrapassada a concepção meramente determinista do jornalismo como o manipulador único das massas receptoras, a discussão centra-se hoje na redefinição do lugar que a sociedade concede aos jornalistas.

Estimulados pelo poder da imagem e pela versatilidade das inovações tecnológicas no campo da informação, os *media* ganharam uma inesgotável visibilidade. Deles esperavam os liberais que se consolidassem como adjuvantes da cidadania. O pacto com os cidadãos valeu-lhes o reconhecimento público e a pseudo-notoriedade de um poder que lhes é permanentemente cobiçado. O aval tácito que os cidadãos lhes concedem para investigar todos (ou quase todos) os domínios da vida pública, com vista ao conhecimento da verdade e à rigorosa informação de factos que a todos parecem dizer respeito propiciou ao longo da história do jornalismo um reconhecimento de mérito invejável.

Movimentando-se numa encruzilhada de poderes, os jornalistas defenderam ao longo da breve história do jornalismo moderno a imagem de cidadãos destacados, com capacidade de aceder a círculos que pareciam demasiado distantes do cidadão comum. Apesar de incómoda aos diversos sectores da vida pública, a ideia do jornalismo como poder é hoje fonte de todas as suas virtudes e causa de todos os seus pecados. Fortale-

cidos pelos fracassos do liberalismo político e económico, os jornalistas contribuem, na verdade, permanentemente para o agravamento da crise em que mergulharam as instituições da modernidade. No início do século XX, Karl Kraus, um dos mais notáveis críticos do jornalismo, reconhecia que o jornal (hoje acrescentaríamos os outros *media*) tinha um poder considerável e perigoso. Para o autor austríaco, ele podia transformar não só a insignificância objectiva em importância reconhecida por todo o mundo, como também a mentira em verdade⁵. Céptico em relação às virtualidades da imprensa, Kraus temia mesmo que ela se tornasse o único poder realmente absoluto.

Há quase um século, Karl Kraus avaliou notavelmente os perigos do jornalismo. Temendo que ele se prestasse apenas ao serviço dos interesses políticos e económicos, Kraus alertou incansavelmente a sociedade austríaca para o poder, que ele considerava devastador, dos jornalistas. Quase cem anos mais tarde, vemos confirmarem-se algumas das suas mais arrepiantes suspeitas. Com abalável desconfiança, olhamos hoje para os jornalistas ora como heróis incansáveis na busca insistente da verdade ora como figuras diabólicas, merecedoras do purgatório, por causa da distorção da realidade.

A redefinição do jornalismo parece, pois, viver o dilema entre o mérito e a excomunhão. Considerado indispensável ao funcionamento pleno da democracia, o jornalismo permanece, porém, na angústia do seu firme reconhecimento. Vive da agitação dos poderes que governam a vida social e padece da afronta das críticas a que o ofício inevitavelmente o condena. Sofre hoje com todas as instituições modernas de uma crise de legitimidade. Aflige-se na afirmação dos ideais de onde se erradicou e naufraga nos cabos de tormentas da realidade. Vive o permanente sobressalto dos equívocos da imagem “todo-poderosa” que a sociedade por momentos prometeu reconhecer-lhe.

A condenação do jornalismo e o princípio da imputabilidade

Crentes de uma certa imunidade à crítica e ao escrutínio público, os jornalistas são, para Marc-François Bernier, a principal

ameaça que pesa sobre o jornalismo. Operários de um ofício controverso, os jornalistas, que, para o investigador canadiano, têm um poder cuja importância é incontestável (Bernier, 1995: 26), os jornalistas minam a legitimidade da sua profissão por recusarem sistematicamente o princípio de imputabilidade. Para Bernier, o cumprimento íntegro da função social do jornalismo, ou seja, de «informar de maneira honesta e imparcial os cidadãos de uma democracia acerca de pessoas, instituições e fenómenos que podem influenciar objectivamente o curso das suas vidas» (Bernier, 1995: 25), não pode significar a impunidade sem limites do trabalho dos jornalistas. Especialista em ética e deontologia, Bernier defende que os jornalistas devem justificar-se perante os cidadãos que, em sua opinião, têm o pleno direito de poder julgar com conhecimento de causa a qualidade do trabalho e dos comportamentos daqueles a quem entregam a tarefa da informação.

Instância última de legitimação do jornalismo enquanto actividade social reconhecida, o público tem o direito de estar habilitado para julgar e criticar o trabalho jornalístico produzido em seu nome. Falta, pois, aos heróis do nosso tempo a fortaleza do consentimento esclarecido dos receptores das suas mensagens. Porém, segundo Bernier, para que o consentimento dos cidadãos não seja ignorante é preciso o conhecimento de dois tipos de práticas jornalísticas: por um lado, as práticas que dão lugar às notícias e às reportagens e, por outro, as práticas que concernem à ocultação ou à censura de factos importantes. (Bernier, 1995: 53).

Com Marc-François Bernier, somos impelidos a procurar na crítica do jornalismo a sua própria salvação. A submissão a um princípio de imputabilidade afigura-se assim como a forma mais democrática de devolver ao jornalismo e aos jornalistas a legitimidade de configuração do espaço público. Na verdade, a insistência no julgamento público dos jornalistas afigura-se doravante a promessa redentora do ofício que Gabriel García Marquez disse ser o melhor do mundo. Por isso, o jornalismo vive hoje a duradoira surpresa da crítica a que leitores e telespectadores o sujeitam diariamente. Também ele está cada vez mais exposto ao escrutínio das

audiências. A cobertura mediática de acontecimentos sociais marcantes, complexos, chocantes e escandalosos está a pasmar o jornalismo diante da sua própria crítica.

Agitado na corda bamba das suas próprias páginas, o jornalismo e os jornalistas acham-se agora no altar do sacrifício, imolados como cordeiros, em nome de um desejo altruísta de informar, denunciando e anunciando, sistematicamente posto em causa. A aparente imunidade aos olhares ferozes do povo soberano desvanece-se assim, multiplicando-se os espaços dedicados à informação sobre o próprio campo mediático e à crítica e análise da acção daqueles que se habituaram a cobrar condutas dignas e justas a todos menos a eles próprios.

O metajornalismo, como proponho chamar ao esforço do jornalismo para discursar acerca de si próprio, é, pois, um discurso segundo. Reflectindo acerca das circunstâncias de actuação dos jornalistas, o metajornalismo não se confina à confrontação das práticas jornalísticas com os imperativos de ordem ética. Mais do que uma preocupação com o âmbito transcendental, o metajornalismo afigura-se como a oportunidade de os jornalistas se precipitarem na imanência do seu trabalho para aí discutirem a legitimidade das suas condutas.

Consistindo, segundo Bernier, no tratamento jornalístico das práticas jornalísticas⁶, o metajornalismo desempenha, na concepção de Mário Mesquita, três funções fundamentais: primeiro, uma função estratégica intimamente ligada à concorrência entre as empresas jornalísticas. Consonante com um uso estratégico da ética, o metajornalismo é, na perspectiva desta função, «um instrumento de competição entre os diferentes actores do espaço público»⁷. Por outro lado, de acordo com uma função autopromocional, a autocrítica do jornalismo revela-se de algum modo narcisista. O jornalismo visto ao espelho é, para Mário Mesquita, uma forma sofisticada de autocontemplação que se processa por via da crítica. Finalmente, uma função reguladora que, segundo o autor, se exerce «de um modo informal, disperso e irregular»⁸. Exercendo-se nos moldes de uma auto-regulação, em nome da deontologia, e de uma hetero-regulação, em nome do mútuo controlo que as empresas de comunicação

empreendem entre si, o metajornalismo possui, no âmbito desta função, «a vantagem de responder a uma exigência de equidade».

Em síntese, diríamos que o metajornalismo se afigura como o mais recente esforço para recuperar a genuinidade do jornalismo. Dispersando-se pela publicação de cartas de leitores, de críticas de editores e directores de informação, bem como de cidadãos do espaço público com responsabilidades sobretudo políticas, como ainda pelos trabalhos de reportagem sobre o *modus operandi* dos profissionais da informação. A própria opção pela contratação de provedores dos leitores é disso bom exemplo. Apesar de se circunscrever quase exclusivamente ao plano da imprensa (e mesmo nesta, só a alguns jornais, tidos curiosamente como de referência), a actividade dos provedores manifesta inequivocamente a preocupação de discutir o mito fundador do jornalismo: a tendência para a objectividade, que parece pertencer bem mais ao universo das ideologias do que à realidade.

Este meta-discurso demonstra, em última análise, que os *media* perceberam a particularidade dos acontecimentos a que fazem face e ressentem as dificuldades e os limites aos quais a prática jornalística pode ser confrontada. O meta-discurso confirma, pois, a ideia de que a profissão está a perceber que problemas se manifestam no tratamento da informação e concede, por motivos talvez pouco explícitos ainda, espaço para a autorreflexão (Grevisse, 1999: 20-24). Finalmente, o meta-discurso consolida a constatação de que o jornalista de hoje é muitas vezes um homem doente, por vezes desorientado, frequentemente desmotivado, surpreendido de uma anomia que, segundo Frédéric Antoine e Laurence Mudschau, definem em quatro domínios. Por um lado, uma relação ao “ser” jornalístico, na medida em que os que praticam a profissão a consideram geralmente atípica; vêm-na como mais próxima do sacerdócio ou da vocação do que da actividade lucrativa. Por outro, em questões ligadas ao estatuto do jornalista na sociedade. Em terceiro lugar, relativamente ao fundamento das regras que regem a profissão e, em último, pelos imperativos sócio-económicos. Reinventar o jornalismo é, para os autores, a solução para lutar contra a

anomalia. Promover as práticas metajornalísticas é, para nós, a solução para reinventar o jornalismo, na medida em que lhes cumpre o mandato de desmistificar a profissão junto do público.

O acto de contrição dos jornalistas

Consistindo em assegurar o conhecimento sobre os métodos e as finalidades da produção informativa, bem como em apurar os seus efeitos, o metajornalismo tem tido, entre nós, o seu expoente máximo na cobertura mediática do processo de pedofilia na Casa Pia. O tratamento informativo deste *affaire* serviu de pretexto à questionação total do jornalismo. Nele se explicitaram os desígnios e a perversidade do poder dos jornalistas. A propósito deste escândalo voltou para a ordem do dia a discussão acerca da legitimidade do jornalismo.

Se, por um lado, é verdade que a projecção pública do escândalo assegurou aos jornalistas, com acento particular à jornalista Felícia Cabrita do jornal Expresso, elogios cerrados ao papel que desempenham de vigilantes atentos, por outro, também o é que os desenvolvimentos entretanto conhecidos pelas páginas dos jornais desmistificaram a ideia romântica, como a classificou Joaquim Vieira, director do Observatório da Imprensa portuguesa, do jornalismo como inteiramente dedicado à causa social. Tendo contribuído para confirmar o verdadeiro poder dos *media* nas sociedades contemporâneas, a mediatização do processo Casa Pia acabou por condenar o jornalismo português a uma das suas mais constrangedoras exposições públicas.

Segura de que «o lugar do jornalismo é o da procura da verdade», Estrela Serrano foi firme, logo no início do processo, em Dezembro de 2002, a garantir que «a liberdade de imprensa e o dever de informar não autorizam tudo»⁹. Apesar de reconhecer que «uma das funções mais nobres do jornalismo é fazer funcionar a democracia», a ex-provedora dos leitores do Diário de Notícias não poupou críticas à actuação dos jornalistas. Também José Pacheco Pereira se mostrou, desde o início, muito céptico em relação ao papel desempenhado pelos jornalistas dizendo que não acreditava «um átomo em qual-

quer intenção altruísta no seu [do escândalo Casa Pia] tratamento comunicacional»¹⁰. No mesmo artigo, o euro-deputado dizia mesmo que «hoje não é o poder político o principal mecanismo de impunidade dos poderosos e dos criminosos – é a comunicação social e os seus métodos».

Desdobrada em espectáculo¹¹, a crise da Casa Pia alastrou-se aos *media*, ferindo-os de uma aparentemente injusta condenação. Especialmente incomodados com a exposição e o escrutínio público permanente, os jornalistas não apreciam, segundo Estrela Serrano, «discutir o seu trabalho com pessoas de fora do seu “campo profissional”»¹². No entanto, o feitiço virado contra o feiticeiro sentou os jornalistas no banco dos réus e subjugou-os aos argumentos de acusação da opinião pública. Segundo Francisco José Viegas¹³, manifestaram-se sobre a conduta dos jornalistas três tipos de opiniões: «os que pensam que a imprensa fez o seu trabalho; os que pensam que a imprensa exagerou, cometeu erros, cedeu à tentação de se escandalizar; finalmente, os que acham que a imprensa devia ter sido mais monigerada e sensata – não se escandalizando.»

Assombrado pelo alvoroço e o tumulto causado pela revelação de factos chocantes, o público oscilou entre elogios e acusações ferozes à comunicação social. Desfez-se em abraços aos jornalistas que tornaram público um escândalo ocultado há mais de vinte anos, para logo depois lhes voltar as costas, julgando-os pelos excessos permanentes. Agoniada pela desfaçatez dos criminosos, a sociedade portuguesa descobriu-se encoberta por uma nuvem feia. «Como aquelas que, a princípio, a gente julga que traz notícia de um fogo ao longe, enfarruscada de fumos e fuligens. Depois, vê-se que é espessa como chumbo, avoluma-se, aproxima-se e parece que é a única coisa que se move, porque o ar está parado, ameaça desgraça.» (Ivo, 2003: 14) A nuvem de chumbo que se abateu sobre os portugueses, carregou de cinzento o horizonte do jornalismo.

Acusados de terem deixado de «apenas “reportar” os acontecimentos, para passarem a formatá-los»¹⁴, os jornalistas foram acusados de tentação pelo sensacionalismo, de exploração despudorada da intimidade, da dignidade, de exacerbação das emoções, de

fomento da indignação e de obscenidade e violência da intimidade. Foram-lhe dirigidos apelos ao bom senso, à exigência e à conservação das distâncias relativamente a quem compete julgar. Pediu-se-lhes um trabalho atento e vigilante, mas feito de bom senso e serenidade. Exigiu-se-lhes cuidado e ponderação, em vez do delírio exibicionista, disfarçado de imperativo ético de informar.

Apelidado de “jornalismo de sarjeta”, o jornalismo português nunca antes tinha sido tão humilhado. Rebaixados pela confusão que geraram entre o acessório e o essencial, os jornalistas foram envergonhados nas páginas dos seus próprios jornais e nos espaços de antena das suas rádios e televisões. Acusaram-nos de sobrepor o interesse comercial de maximizar audiências ao desejo de justiça, desprestigiaram a função investigadora do seu trabalho, questionada até à exaustão. Serão os jornalistas portugueses bem formados para investigar um processo com a dimensão do da Casa Pia? É legítimo que os jornalistas se sobreponham às autoridades ou investiguem paralelamente assuntos judiciais para poderem falar do que estaria protegido pelo segredo de justiça? Que valor têm os depoimentos de fontes anónimas abusivamente citados e exibidos?

Desde Novembro de 2002, os jornalistas vivem açoitados pelos mais diversos actores sociais. As suas relações com a Justiça desencadearam um debate sem precedentes. Enunciados por jornalistas (alguns com responsabilidades editoriais), por comentadores, críticos de televisão, provedores dos leitores, leitores e colunistas indiferenciados, os artigos de opinião que ameaçaram degolar o jornalismo levantaram, por inúmeras vezes, a discussão em torno da liberdade de imprensa e dos seus limites, bem como do direito ao segredo profissional, em nome da protecção das fontes de informação. Alguns quiseram mesmo matar o mensageiro, prestes a ser decapitado por transportar uma mensagem tantas vezes incómoda e inconveniente. Interrogou-se o tipo de regulação ou de vigilância a que os jornalistas deveriam ser sujeitos. Ordem? Sindicato? Entidade independente? Quem deveria, no fundo, vigiar o cão de guarda da democracia? Quem deveria zelar pelos leitores quando o jornalismo se revela ofensivo, mais do que aliado do público?

Uma boa parte das questões permanece ainda sem resposta. O “affaire Dutroux” que manchou a Bélgica no Verão de 1996 parece não ter servido de lição aos jornalistas portugueses. Embora com amplitude eventualmente mais reduzida¹⁵, o “affaire Casa Pia” proporcionou, em termos gerais, o mesmo debate. As apreciações ao trabalho dos jornalistas concerniram, como na Bélgica, aos seguintes assuntos: o papel e a função do jornalismo, a pertinência do tratamento mediático, os princípios de base que regem o jornalismo e as questões ligadas à liberdade de imprensa e à democracia. Tal como na Bélgica, também os meta-discursos produzidos e publicados nas páginas dos jornais tiveram, e têm ainda, a missão de localizar a fronteira da escolha da informação, ou seja, os critérios que estão na base da noticiabilidade (Grevisse, 1999: 20-21).

A exigência de transparência dirigida aos jornalistas obrigou-os a repensar a profissão e a criticar o seu funcionamento. Mas, para Estrela Serrano, «é significativo e importante que sejam os jornalistas a analisar criticamente o seu próprio papel e as suas responsabilidades, não deixando a terceiros (...) as decisões sobre as atitudes e os critérios que os devem nortear na selecção da informação e que relevam, antes de tudo, de compromissos de natureza ética e deontológica com os cidadãos».¹⁶ Oscilando entre o temor face ao poder dos jornalistas e a crítica à sua impotência, o escrutínio dos jornalistas parece ser hoje incontornável. Inevitavelmente frágil, porque composta de indivíduos, a profissão do jornalismo está sobre o fio da navalha. Mas, como diz Dominique Wolton, na introdução a que nos referíamos no início deste texto, «defender a fragilidade e o carácter indispensável do jornalista num universo saturado de informação, é uma das batalhas culturais mais importantes a travar». À grandeza do ofício falta ainda da parte dos jornalistas um pouco mais de reflexão, pois, não só não fazem a auto-crítica que reclamam aos outros, como se arriscam a ser rejeitados, como o são hoje os homens políticos, por incapacidade de compreender o mundo de que falam. Além disso, como remata o investigador francês, «é distinguindo claramente as três lógicas fundamentais, a

informação, a comunicação e a acção, que se pode também contribuir para defender e refundar o ofício de jornalista, tão indispensável à democracia.»

A nossa proposta é, pois, que a intensificação da prática metajornalística se insurja como o lugar de restabelecimento da moral do jornalista. Permitindo ao mesmo tempo a defesa e a acusação do profissional da informação, o metajornalismo afiança ser

assim uma categoria de reflexividade, promissora do restauro das tarefas de onde o jornalismo verdadeiramente se reclama. Dele depende, em nosso entender, o triunfo do jornalismo numa sociedade em agonia profunda. Sendo um discurso ambicioso, o metajornalismo é uma categoria crítica por excelência e promete responder aos perigos do jornalismo, sobretudo ao da inquietante acusação de impunidade.

Bibliografia

Bernier, Marc-François – *Les Planqués – Le journalisme victime des journalistes* – Québec, VLB Éditeur : 1995.

Bouveresse, Jacques - *Schmock ou le Triomphe du Journalismisme – La grande bataille de Karl Kraus*, Paris, Éditions du Seuil: 2001.

Ivo, Nuno e **Mascarenhas**, Óscar — *O Processo Casa Pia na Imprensa – A Nuvem de Chumbo* – Lisboa, Publicações D. Quixote: 2003.

Grevisse, Benoît – *L'affaire Dutroux et les Médias – Une révolution blanche des journalistes ?* – Louvain-La-Neuve, Academia Bruyant : 1999.

Mesquita, Mário – « Metajornalismo ou auto-regulação informal? », in Revista Jornalismo & Jornalistas, nº 7, Julho/Setembro de 2001 p. 14-16.

Mesquita, Mário – *O Quarto Equívoco – O poder dos media na sociedade contemporânea* – Coimbra, Minerva Editora: 2003.

Traquina, Nelson – *O que é Jornalismo* – Lisboa, Quimera: 2002.

Wolf, Mauro – *Teorias da Comunicação* – Lisboa, Presença: 1995.

Wolton, Dominique – “Journalistes, une si fragile victoire...”, in Revista Hèrmes, nº 35, 2003 p. 9-21.

Referências na imprensa (apenas as citadas no texto):

Augusto Santos Silva

“O primeiro poder” – Público – 8 de Novembro de 2003

Estrela Serrano

“O lugar do jornalismo” – Diário de Notícias – 2 de Dezembro de 2002

“O sentido das palavras” – Diário de Notícias – 9 de Junho de 2003

“O escrutínio dos media” – Diário de Notícias – 13 de Outubro de 2003

Francisco José Viegas

“Sociedade de cavalheiros” – Jornal de Notícias – 12 de Dezembro de 2002

José Pacheco Pereira

“A caminho do terceiro mundo” – Público – 5 de Dezembro de 2002

Mário Mesquita

“Quem não salta é... pedófilo” – Público – 8 de Dezembro de 2002

“O ‘Ballet’ cinzento da democracia” – Público – 8 de Junho de 2003.

¹ Universidade do Minho (projecto financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia e orientado pelo Professor Doutor Moisés de Lemos Martins).

² “Quem não salta é... pedófilo”, Mário Mesquita, in PÚBLICO de 8 de Dezembro de 2002.

³ Nomeadamente Augusto Santos Silva, em artigo publicado no jornal PÚBLICO de 8 de Novembro de 2003 (página 5).

⁴ Wolf, M. — *Teorias da Comunicação* -- Lisboa, Editorial Presença: 1995.

⁵ Bouveresse, Jaques — *Schmock ou le triomphe du journalisme* .

⁶ citado por Mário Mesquita no artigo “O metajornalismo ou a auto-regulação informal”, na revista Jornalismo e Jornalistas, nº 7, Julho/Setembro de 2001, página 14.

⁷ Mário Mesquita, no mesmo artigo, página 15.

⁸ Mário Mesquita, no mesmo artigo, página 16.

⁹ Estrela Serrano, coluna da Provedora dos Leitores do Diário de Notícias, 2 de Dezembro de 2002.

¹⁰ José Pacheco Pereira, “A Caminho do Terceiro Mundo”, in Público de 5 de Dezembro de 2002.

¹¹ Assim a classificou Mário Mesquita num artigo intitulado “O ‘Ballet’ cinzento da democracia”, in Público de 8 de Junho de 2003.

¹² Estrela Serrano, coluna da Provedora dos Leitores do Diário de Notícias, 9 de Junho de 2003.

¹³ Francisco José Viegas, “Sociedade de Cavalheiros, in Jornal de Notícias, 12 de Dezembro de 2002.

¹⁴ Estrela Serrano, coluna da Provedora dos Leitores do Diário de Notícias, 13 de Outubro de 2003.

¹⁵ N o caso belga há a considerar o assassinio de quatro crianças.

¹⁶ Estrela Serrano, coluna da Provedora dos Leitores do Diário de Notícias, 2 de Dezembro de 2002.